

Senado renova licença para o CMN deliberar

Pela quinta vez, desde a promulgação da Constituição, o Congresso concede licença para o Conselho Monetário Nacional (CMN) continuar com competência para tratar de diversos assuntos do âmbito financeiro. A Constituição transferiu para o Legislativo uma série de atribuições que eram do CMN, mas para que isso se efetive é preciso que seja aprovada uma lei complementar à Carta, que regule o sistema financeiro, o que não foi feito até agora.

Ontem, o Senado homologou decisão da Câmara, da sessão de sexta-feira, de prorrogar até o dia 31 de dezembro deste ano os poderes do CMN para tomar decisões na área financeira, inclusive com alocação ou transferência de recursos. A concessão é necessária a cada seis meses porque o Artigo 25 das Disposições Transitórias da

Constituição diz que as competências do CMN atribuídas ao Legislativo no Artigo 192 das Disposições Permanentes — como autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, por exemplo — ficam revogadas 180 dias após a promulgação da Constituição. Durante a Constituinte, a previsão era a de que a lei complementar para regular o sistema financeiro estaria promulgada no máximo dentro de seis meses.

Existem 16 projetos para regular o sistema financeiro, mas até hoje não houve consenso para o encaminhamento de um deles ao plenário, para votação. Assim, a cada seis meses, o Congresso concede a autorização para o CMN continuar fazendo tarefas que seriam suas se tivesse obedecido ao prazo constitucional.